

O Apoio da Espanha à Flotilha Sumud Pode Ser um Ponto de Virada na Aniquilação de Gaza por Israel

Por quase dois anos, o mundo testemunhou o que é amplamente descrito como uma das campanhas de destruição mais sistemáticas e brutais contra uma população civil na história moderna. Gaza – um enclave densamente povoado com mais de dois milhões de palestinos – está sob um cerco quase total desde outubro de 2023. Sua infraestrutura foi devastada, o acesso à água e eletricidade foi restringido, e sua população civil foi submetida a bombardeios repetidos, deslocamentos e fome.

Cada vez mais, a opinião pública global e as instituições legais internacionais começaram a chamar isso pelo que é: **um genocídio**. A Corte Internacional de Justiça, em suas medidas provisórias de 2024 e posteriormente em seu parecer consultivo, determinou que as políticas de Israel em Gaza e na Cisjordânia violam vários artigos da **Convenção sobre Genocídio**, da **Quarta Convenção de Genebra** e do **direito internacional consuetudinário**. A CIJ também determinou que **a ocupação de Israel do território palestino é ilegal** e que os Estados membros têm **a obrigação de garantir o não reconhecimento e a não assistência a essa situação ilegal**.

No entanto, apesar dessas decisões legais claras, Israel continuou sua campanha militar, encorajado por décadas de **impunidade diplomática**, um escudo de veto nas Nações Unidas e forte apoio de poderosos Estados ocidentais, especialmente os Estados Unidos. O resultado: o mundo assistiu, em grande parte, enquanto Gaza era reduzida a escombros.

Agora, esse cálculo pode estar prestes a mudar.

Um Valentão de Pátio Escolar Encontra Seu Igual

Por décadas, Israel agiu como um valentão de pátio escolar no sistema internacional – testando limites, ignorando decisões e escalando com a confiança de que ninguém ousaria confrontá-lo diretamente. Essa postura foi reforçada por sua aliança com Washington, sua superioridade militar regional e sua dissuasão nuclear não declarada. Mas essa postura também cultivou **arrogância** – a crença de que nenhum ato, por mais imprudente ou ilegal, desencadearia uma resposta internacional proporcional.

A decisão de Israel de **atacar os interesses diplomáticos do Catar** no início deste ano foi amplamente considerada uma de suas provocações mais imprudentes até agora. Mas o que agora se avizinha pode superar até isso: **um possível ataque israelense à Flotilha Sumud** – um comboio multinacional de navios tentando entregar ajuda humanitária a Gaza. Entre as embarcações participantes estão aquelas navegando sob a **bandeira espa-**

nhola, transportando **cidadãos espanhóis** – incluindo funcionários eleitos, trabalhadores humanitários e jornalistas.

Se Israel atacar esses navios com força letal, isso pode desencadear uma cadeia de eventos que mudará drasticamente o cenário geopolítico e jurídico – e possivelmente forçar Israel, pela primeira vez em sua história, a **abandonar não apenas o cerco de Gaza, mas também sua ocupação da Cisjordânia**.

Os Dominós Legais Começam a Cair

Passo 1: Ataque a uma Embarcação Civil – Artigo 51 da Carta da ONU

Se as forças israelenses atacarem **navios civis com bandeira estrangeira** em alto-mar – particularmente em águas internacionais – isso constituiria uma grave violação do direito internacional, incluindo:

- **UNCLOS** (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar)
- **Direito marítimo internacional consuetudinário**
- O **Manual de San Remo** sobre o direito internacional aplicável a conflitos armados no mar.

Mais importante, o **Artigo 51 da Carta das Nações Unidas** estabelece que:

“Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de autodefesa individual ou coletiva se ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas...”

Se a Espanha determinar que o ataque de Israel a seus navios constitui um ataque armado – especialmente se houver cidadãos mortos – ela poderá invocar a **autodefesa individual** sob o Artigo 51. Além disso, essa invocação pode convidar à **autodefesa coletiva**, onde **outros Estados apoiam voluntariamente o direito da Espanha de responder**.

Nações como:

- **Turquia** (membro da OTAN com queixas históricas e rivalidade estratégica regional com Israel),
- **Indonésia** (que recentemente expressou vontade política de se juntar a uma força de paz em Gaza sob mandato da ONU),
- **Iêmen** (já engajado em pressões navais assimétricas contra o transporte marítimo israelense no Mar Vermelho),

...poderiam declarar seu apoio à reivindicação de autodefesa da Espanha. Isso cria um **quadro de coalizão legal** para operações navais, aéreas e humanitárias limitadas sob o princípio da **autodefesa coletiva** – mesmo na ausência de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU.

Passo 2: Ataque a uma Embarcação Militar – Artigo 5 da OTAN

Se a situação escalar ainda mais – por exemplo, se as forças israelenses **atacarem um navio de guerra espanhol ou turco** – o cálculo legal e político muda decisivamente.

Sob o **Artigo 5 do Tratado da OTAN**, um ataque às **forças, navios ou aeronaves** de um membro na área operacional definida pelo **Artigo 6** (que inclui o Mediterrâneo) é considerado um ataque a todos. Espanha e Turquia poderiam então **invocar formalmente o Artigo 5**, acionando um mecanismo de resposta coletiva.

Embora a OTAN opere por consenso e cada Estado membro mantenha flexibilidade no que contribui, invocar o Artigo 5 **obriga consulta e solidariedade**. Mesmo que os **Estados Unidos** e a **Alemanha** – ambos profundamente ligados a Israel – optem por se abster de combater, é improvável que **bloqueiem** outros membros da OTAN de agir, especialmente considerando o imperativo contínuo de **preservar a unidade da aliança em relação à Ucrânia**.

De Escoltas Navais a Retirada Estratégica

Em resposta, uma coalizão multinacional liderada pela OTAN – provavelmente centrada na **Espanha, França, Turquia e Itália**, e acompanhada por outros Estados simpatizantes – poderia rapidamente estabelecer:

- **Um corredor marítimo humanitário para Gaza**
- **Patrulhas de defesa aérea e naval sobre as águas do Mediterrâneo oriental**
- **Mecanismos de comando conjuntos para busca e salvamento e proteção de comboios**

A marinha e a força aérea de Israel, embora sofisticadas e dominantes regionalmente, não podem realisticamente competir com **uma força coordenada da OTAN** – especialmente uma que opera sob o Artigo 5 e apoiada pela legitimidade política da **autodefesa coletiva**.

Sob tal pressão, **Israel seria forçado a recuar** – não apenas levantando o cerco de Gaza, mas **retirando-se de partes ou de toda a Cisjordânia**, em linha com o **parecer consultivo da CIJ de 2024**, que declarou explicitamente a ocupação de Israel ilegal e ordenou aos Estados membros que **encerrassem o apoio a ela**.

Consequências: Legalizando o Resultado via “Unidos pela Paz”

Após a poeira assentar, a mesma coalizão de países que agiu em autodefesa coletiva poderia apresentar uma **resolução “Unidos pela Paz”** à Assembleia Geral – retroativamente:

- **Apoiando a operação multinacional, e**
- **Autorizando uma missão formal de manutenção da paz da ONU na Palestina, incluindo tanto Gaza quanto a Cisjordânia.**

Isso ofereceria um quadro jurídico internacional – embora frágil – para:

- Encerrar o bloqueio,
- Proteger os civis palestinos,
- Desmantelar assentamentos ilegais, e
- Reconstruir as instituições destruídas da sociedade civil palestina.

Um Ponto de Virada no Oriente Médio – e no Direito Internacional

Não se engane: nada disso é garantido. Os riscos de escalada, erros de cálculo e reações são reais. Mas a **crise da Flotilha Sumud**, se mal gerida por Israel, poderia marcar o início de uma **mudança histórica** – não apenas no equilíbrio de poder da região, mas na aplicação do **direito internacional** em si.

Pela primeira vez em décadas, **um Estado como a Espanha** – apoiado por aliados europeus, parceiros de maioria muçulmana e uma massa crítica de apoio público – poderia traçar a linha vermelha que o direito internacional não teve no conflito israelo-palestino.

Isso não seria a destruição de Israel. Mas poderia ser **o fim da capacidade de Israel de destruir Gaza sem consequências**.

E talvez, das cinzas de Gaza, o mundo possa finalmente construir um quadro que torne os genocídios futuros não apenas ilegais – mas impossíveis.